

OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL E SUA APROXIMAÇÃO COM A TEORIA SOCIAL CRÍTICA

Sonia dos Santos Becker¹
Thiane Cristina Bavaresco²

Resumo: O presente trabalho pretende analisar o processo da gênese e institucionalização do Serviço Social enquanto profissão no Brasil. A pesquisa bibliográfica perpassa o desenvolvimento da construção do pensamento crítico na profissão, a partir do processo de amadurecimento teórico propiciado pela aproximação da teoria social crítica. Analisou-se o Serviço Social considerando seu processo histórico intimamente ligado à organização das políticas sociais e o aprofundamento da “questão social” com a ascensão do capitalismo em sua fase monopolista, a renovação conservadora, a intenção de ruptura e o resgate do conservadorismo na atualidade, que irão impactar na atuação do profissional Assistente Social.

Palavras-chave: Fundamentos; Serviço Social; Questão Social; Teoria social crítica.

1 Introdução

Este texto é fruto das reflexões feitas a partir da experiência na disciplina de Fundamentos do Serviço Social: desenvolvimento sócio histórico, e concepções contemporâneas, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Mestrado, na Universidade Estadual do Paraná (UNIOESTE) *campus* Toledo.

O objetivo dessa síntese é fazer uma breve análise da gênese e institucionalização do Serviço Social no Brasil, relacionado ao amadurecimento do capitalismo e aprofundamentos da “questão social”. Apresentando um rápido estudo da trajetória do Serviço Social brasileiro, destacando a construção do posicionamento crítico na profissão a partir do seu processo histórico, seus fundamentos, influências e interfaces que irão rebater no fazer profissional, no que concerne à sua institucionalização dentro do contexto do capitalismo monopolista. Além de empreender uma panorâmica das transformações ocorridas na profissão, partindo de sua gênese, atrelada a

¹ Sonia dos Santos Becker - Estudante de Pós-Graduação - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - E-mail: thianeabavaresco@hotmail.com

² Thiane Cristina Bavaresco - Estudante de Pós-Graduação - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Assistente Social da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, *campus* Pato Branco - UNIOESTE

duas teses: a endógena e a histórico crítica, das primeiras escolas de Serviço Social no país, atreladas à vertente conservadora, da sua aproximação com a obra marxista, do movimento de reconceituação e a ruptura com o conservadorismo expressada no Projeto Ético Político do Serviço Social.

Isto posto, o Serviço Social, como trabalho especializado, nasceu na divisão social e técnica do trabalho a partir das particularidades que a “questão social” adquiriu no contexto da sociedade burguesa fundada nos monopólios. Com este entendimento significa reconhecer que a profissão tem como seus fundamentos históricos uma determinada demanda específica, surgida em um estágio do capitalismo, na passagem da fase concorrencial para a monopolista, quer sejam, com todas as suas determinações, econômicas, políticas, culturais.

Durante o processo de constituição, institucionalização, e reconceituação da profissão se experienciou uma profunda renovação, com a negação da base filosófica conservadora e a dinâmica desse processo conduziu para a consolidação de um novo perfil profissional, munido de competência teórica, técnica e política.

A aproximação do Serviço Social com a obra marxiana e a tradição marxista, exprimiu a ruptura de análises unilaterais, colocou em pauta o caráter contraditório da profissão, inserida dentro de relações e interesses de classes e de suas relações com o Estado. O movimento de incorporação teórico-metodológica marxista fez com que ocorressem profundas mudanças no direcionamento social e ético-político do exercício profissional dos assistentes sociais. Todavia, até que se chegasse a essa compreensão, o Serviço Social percorreu um longo caminho.

2 Algumas considerações entre o Serviço Social e as duas teses que o explicam

Para compreender as duas perspectivas que interpretam a gênese da profissão e sua institucionalização, apresenta-se um debate introdutório a partir de Montaño (2007), com a tese endógena e a histórico crítica. Há um rol de autores que discutem a origem da profissão dentro destas duas teses, com interpretações distintas e não nos cabe aqui aprofundar do ponto de vista teórico filosófico dessas perspectivas.

A compreensão da tese endogenista concebe o Serviço Social a partir da evolução das práticas de ajuda, sendo concebido como uma escolha pessoal dos filantropos, no sentido de se organizarem e profissionalizarem, dentro de uma visão a-histórica da realidade. Nessa perspectiva há uma interpretação focalista, pois compreende-se a origem da profissão pontualmente conectada às opções particulares, onde não se identifica o lugar que o Serviço Social ocupa na ordem socioeconômica, fazendo uma análise metodológica e teoricamente equivocada da gênese da profissão (MONTAÑO, 2007, p. 20).

O fato é que, na tese endógena não são considerados os atores coletivos, as relações sociais, os fundamentos históricos da dinâmica do capitalismo na história, com todas as suas determinações econômicas, políticas, culturais e suas resultantes objetivas e subjetivas, que produzem diferentes manifestações da “questão social”. Já a tese histórico crítica sobre a gênese do Serviço Social, nos termos de Montaña (2007, p. 61), compreende o surgimento da profissão como um produto originário da sua funcionalidade com a ordem burguesa, quando o Estado toma para si, na passagem do capitalismo concorrencial para a fase monopolista, as respostas às expressões da questão social, mediante as políticas sociais.

Assim, a “questão social” tem seu embrião na acumulação capitalista em seus diferentes estágios. Na perspectiva histórico crítica, alguns elementos são fundamentais, o marco está na relação onde o Estado, por meio das políticas sociais, apresenta-se como órgão empregador e “instrumento de controle popular”, passando a ser o campo de mediação para a acumulação do capital. Desenvolvem-se formas sistemáticas e estratégias para enfrentar as manifestações que a “questão social” adquire nesse contexto, passando a ser o espaço para a gestação do Serviço Social (MONTAÑO, 2007, p. 48).

A partir disso, o Serviço Social é tido como ocupando um lugar na divisão social e técnica do trabalho, incorporado ao projeto político econômico hegemônico, onde irá exercer funções de controle e apaziguamento da classe trabalhadora, colaborando com a acumulação capitalista. Nesta perspectiva o exercício profissional se desenvolve no contexto das relações de classe, por

consequente, a prática profissional é polarizada pelos interesses de classes sociais, não sendo possível a conceber fora desse contexto.

Definindo isto, as duas teses que explicam a gênese do Serviço Social apresentam distinções na sua compreensão da profissão e são fundamentais para a compreensão do processo de institucionalização e legitimação da profissão. No Brasil, institucionalizou-se “como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva de enfrentamento e regulação da Questão Social”, que foi a “matéria prima” (YAZBEK, 2009, p.129), para o estabelecimento do lugar ocupado pelo Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho.

2.1 Formação profissional do Serviço Social brasileiro: nos moldes da vertente conservadora e sua aproximação com a vertente crítica de Marx

O processo de formação profissional do Serviço Social no Brasil teve como marco a década de 1930, momento em que o Estado toma para si a responsabilidade em regular as tensões de classes sociais, onde são instituídos um conjunto de medidas de controle, tais como a Consolidação das Leis do Trabalho, salário mínimo, dentre outras medidas de cunho regulador. A partir deste momento, o Estado trata a “questão social” como responsabilidade de administração, sob este princípio emerge a necessidade de estruturação do perfil de uma profissão que atue no controle da classe trabalhadora, que terá na Igreja Católica uma aliada nessa empreitada (IAMAMOTO, 1992, p. 31).

Dentro dessa perspectiva, em 1932 foi criado o Centro de Estudos de Ação Social, o CEAS, inicialmente com um “curso de formação para moças”, com o objetivo fundamental de difundir a doutrina e a ação social da Igreja. Nesses moldes, em 1936 foi inaugurada a primeira Escola de Serviço Social no país, mantida pelo CEAS. A “questão social” dentro da formação profissional era tida como uma questão moral, com abordagens individuais e psicologizantes. Os referenciais orientadores do Serviço Social brasileiro tinham suporte na Doutrina Social da Igreja, de vertente conservadora, nos princípios franco- belgas de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (YAZBEK, 2009, p. 130).

É nesse terreno de constituição e formação profissional do Serviço Social brasileiro, sob a égide do ideário católico e da expansão do mundo capitalista, que irá imprimir na profissão um caráter de apostolado, já que o conservadorismo católico marcou os anos iniciais da profissão. Foi em meados de 1940 que na formação da profissão se começa a trabalhar na perspectiva da tecnificação, buscando fontes na sociologia conservadora norte-americana, que tinha a concepção de trabalho profissional embasada na teoria social positivista. A partir dessa matriz a ênfase era na formação moral, social e intelectual da família, introduzindo no fazer profissional intervenções em Grupo e Comunidade, buscando identificar comportamentos e desviantes na família e na sociedade, escancarando a face conservadora na internecção. (IAMAMOTO, 1992, p. 26).

Ao final da década de 1950 emerge entre os assistentes sociais questionamentos, insatisfação e inquietação no contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais existentes na sociedade (IAMAMOTO, 1992, p. 32). Neste período ocorre a aproximação com a obra marxista, que, de acordo com Netto (1989), expressou-se no reconhecimento das contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional. Destaca-se que essa aproximação ocorreu por meio de três núcleos distintos: “as vertentes culturais nas quais se inserem Marx e o Serviço Social, as repercussões dos desdobramentos complexos destes núcleos, e suas “possibilidades de interação”. O que difere uma vertente da outra é o período que cada uma esbarra na “questão social”, enquanto Marx se defronta com ela teórica e politicamente, na fase do capitalismo concorrencial, o Serviço Social emerge enquanto profissão a partir do capitalismo em sua fase monopolista (NETTO, 1989, p. 93).

Em poucas palavras, a vertente cultural de Marx e a vertente conservadora presente no Serviço Social retratam no plano teórico uma relação antagônica. Segundo Yazbek (2009, p.78):

“No entanto, é com este referencial, precário em um primeiro momento, do ponto de vista teórico, mas posicionado do ponto de vista sóciopolítico, que a profissão questiona sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social ao mesmo tempo em que se aproxima dos movimentos sociais. Inicia-se a vertente comprometida

com a ruptura (NETTO, 1994, p. 247) com o Serviço Social tradicional.

Na compreensão de Netto (1989) houve uma aproximação enviesada com a obra de Marx pelo Serviço Social nas ciências sociais, as quais são “oriundas da tradição conservadora sempre travaram um debate implícito com a herança marxiana”, ao fazer a crítica a seu modo, uma parte das denominadas correntes “críticas” das ciências sociais, recuperaram a obra marxiana, que resultou de certa forma em uma “diluição do pensamento marxiano”. Frente a essa questão, a crítica por parte das ciências sociais às obras de Marx, permitiu a sua interlocução com o Serviço Social, mais precisamente essa aproximação irá se efetivar a partir da década de 1960, envolvendo diferentes segmentos profissionais, especialmente docentes (NETTO, 1989, p.95-96).

Os frutos dessa aproximação formaram posteriormente propiciando a discussão da tradição marxista e da contracorrente da ordem burguesa no que se refere a revolução na sociedade atual, isto é, somente a partir da tradição marxista se põe a possibilidade de revolução (NETTO, 1989, p. 98-99). O caminho para a ruptura com a visão conservadora e a-histórica existente no Serviço Social tradicional, exigiu a adoção do pensamento crítico histórico na profissão, fundado no pensamento marxista, caminho que foi árduo, sobretudo no processo de formação da consciência crítica dos assistentes sociais no país.

2.3 O movimento de reconceituação e a ruptura com o conservadorismo: os avanços e retrocessos no Serviço Social

O movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil teve início em meados da década de 1960, propiciando criar condições de superação das carências teórico metodológicas da profissão, ocorrendo no mesmo período na América Latina, com particularidades específicas. A interlocução com o pensamento marxista foi em decorrência da conjuntura histórica experienciada no país e pelas características da teoria social crítica, subsidiando um tratamento das correntes socioprofissionais de forma analítico-crítica da

realidade. A abertura do diálogo com a teoria social crítica, deu possibilidade de se realizar um tratamento histórico do Serviço Social, pautado em uma nova interpretação da profissão, como resultante de uma totalidade (LOPES, 2016, p. 318).

O movimento pela renovação na perspectiva teórica e metodológica eclode entre os assistentes sociais, todavia foi reprimido com o golpe militar em 1964, que trouxe consigo uma atualização da herança conservadora dentro do Serviço Social. Essa atualização se evidencia, na modificação dos discursos, métodos e ação profissional, como uma forma de enfrentar o controle e repressão, para responder à imposição da política de segurança vivenciada naquele momento histórico (IAMAMOTO, 1992, p. 36).

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado em São Paulo em 1979, conhecido como o “Congresso da Virada”, foi fundamental para romper com a visão conservadora no Serviço Social e com o amadurecimento da reflexão de bases marxistas, resultando na construção do Projeto Ético Político da profissão. Estas reflexões irão se expressar na revisão do Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996, em oposição ao conservadorismo, com a orientação da profissão para uma visão histórico crítica da realidade (JOSEFA, 2016, p.329).

Os valores conquistados na profissão são oriundos das lutas de classes sociais democráticas pela liberdade, observados nas mudanças dos Códigos de Ética de 1986 e 1993, onde o posicionamento da categoria profissional está pautado na legitimação da profissão junto à classe trabalhadora e aos grupos socialmente desiguais, contra a exploração e a opressão cotidiana.

Foi nesse solo que houve profundas mudanças teórico-metodológicas no Serviço Social brasileiro, permeado de debates, lutas, conquistas, tensões e desafios. O processo de ruptura de caráter teórico, prático e político com a herança conservadora da profissão é produto histórico de uma prática social coletiva, construída historicamente a partir de inúmeras determinações.

Esses avanços obtidos pela profissão no que diz respeito à concepção teórico e metodológica do Serviço Social, vem sofrendo retrocessos na atualidade, onde o pensamento conservador se renova e a retórica pós-

modernista anti-ontológica vai ganhando adeptos de várias tendências. Há uma ênfase nas análises da realidade que descartam a busca dos seus fundamentos e as medições necessárias, ocorrendo o abandono da categoria totalidade. Para Guerra (2004, p. 17-18) as análises do real no capitalismo em seu estágio maduro se fazem por meio da imagem, no imediato, no fragmento, na suposta ausência de racionalidade do real, dentre outros determinantes que possuem como objetivo um caráter técnico, funcional e manipulatório, sendo o cerne dos moldes dos interesses da sociedade capitalista.

Assim, a denominada sociedade pós-moderna materializa algo que está mais próximo da fragmentação, seja nas relações humanas ou nas relações na produção, a percepção dos sujeitos sobre a realidade eclode como um jogo de linguagem, os quais não podem ser explicados por uma categoria totalizante. O pensamento pós-moderno resulta na miséria da razão moderna e da anulação das suas determinações humanistas e dialéticas (GUERRA, 2004, p.17-18)

A essência ontológica materialista e a razão dialética, tem no entendimento da totalidade a sua categoria central e enquanto categoria objetiva, está presente em qualquer realidade, independentemente do sujeito, onde as mediações transcendem o plano da imediatez (aparência), em busca da essência.

Ao situar o caráter contraditório da profissão, considerando as possibilidades diferenciadas e potenciais de autonomia que o profissional adquire nos diversos espaços ocupacionais, há uma latência dirigida aos profissionais diariamente, no sentido que possam avançar na compreensão de mediações potencializadoras, superando a perspectiva imediatista, criando possibilidades de enfrentamento e resistência à razão miserável.

A profissão de Serviço Social, dentro dessa lógica, não pode ser suprimida na análise imediatista dos processos sociais. O reconhecimento dos fundamentos é imprescindível na análise da realidade e é necessário sustentar-se na compreensão do trabalho como a categoria fundante do homem como ser prático-social e crítico que produz e reproduz sua vida material e espiritual.

3 Considerações finais

Ao apresentar uma síntese da trajetória e institucionalização do Serviço Social, situando sua gênese e institucionalização, compreende-se a base da fundação da profissão a partir das particularidades que a "questão social" adquire na sociedade monopolista, particularidades estas que recebem um tratamento de forma sistemática pelo Estado, projetando-se nas políticas sociais, passando a ser o espaço para a gestação do Serviço Social. Desse entendimento conclui-se que na gênese da profissão não há um desenvolvimento de formas de ajuda, como o defendido pela tese endógena.

O Serviço Social tradicional, nasceu no país dentro dos moldes do conservadorismo católico, sob a influência franco-belga e posteriormente da sociologia conservadora norte-americana, a qual era embasada na teoria positivista, deste modo, até o movimento de reconceituação, a formação e prática profissionais eram embasados na filosofia conservadora. Foi ao final da década de 1950 que entre os assistentes sociais eclodiu questionamentos, insatisfações e inquietações diante do contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que o país vivia.

E foi com a aproximação da obra de Marx e da tradição marxista, em um primeiro momento de forma insuficiente, que resultou em um ecletismo teórico analítico. A ruptura com a visão conservadora e a-histórica dentro da formação do Serviço Social irá reforçar uma base mais sólida com o movimento de reconceituação no Brasil. Este movimento significou o rompimento, do ponto de vista teórico e metodológico, da visão ideológica conservadora contida no projeto profissional e com o amadurecimento da reflexão de bases marxistas, resultou na construção do Projeto Ético Político do Serviço Social que irá se expressar no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996.

A adoção da teoria social crítica como pilar da profissão, possibilitou aos profissionais se visualizarem enquanto sujeitos históricos, dentro de condições objetivas, compreender que a trajetória da profissão é tecida nas e pelas contradições e interesses de classes sociais. Ao entender a história como uma história de luta de classes, campo onde há interesses contraditórios e embates

constantes, compreendeu-se que o significado social e histórico da profissão somente pode ser entendido dentro desse contexto.

Na conjuntura atual, a compreensão da profissão vem sofrendo retrocessos com a influência da retórica pós-modernista. A partir dela a análise do real oculta a dinâmica do capital, personificada por e pela contradição capital trabalho, negando os processos históricos sociais concretos, a categoria do humanismo, do historicismo e da razão dialética, apontando para o individualismo exacerbado, que encontra na propriedade privada suporte de equivalência.

O fato é que o elemento central da dialética é a contradição e com a miséria da razão se nega a contradição, as características explicitadas do pensamento pós-moderno resultam na negação da possibilidade de emancipação do gênero humano. A dinâmica desse pensamento inviabiliza a perspectiva revolucionária do atual estado das coisas, pressupõe a autolimitação do presente como a única realidade.

A corrente de pensamento pós-moderna, frente a prática profissional do Serviço Social, constitui-se, portanto, como problema relevante e atual, constituindo-se como uma forma de articulação de saídas para a construção de alternativas entre forças sociais em conflito, entrando em choque com a herança teórico-metodológica de origem marxiana. Torna-se fundamental observar que as consequências da influência pós-moderna no Serviço Social nas instâncias interventivas, políticas e científicas tendem a dificultar, assim, o movimento incutido na profissão de rompimento com o conservadorismo, contra o qual segmentos importantes da categoria profissional tem dedicado sua luta corporativa e sociopolítica, tendo como base o Projeto Ético Político da profissão.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, Maria Lucia S.H. **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, CFESS, p. 9-52, 2012.
- GUERRA, Yolanda. **A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos**. Praia Vermelha: estudos de política e teoria social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nº 10, p. 12-45, 1º. Sem./2004.
- IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e Conservadorismo do Serviço Social. Ensaios Críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

LOPES, Josefa Batista. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica da profissão: a mediação da organização acadêmica política e o protagonismo do Serviço Social brasileiro. In: SILVA, M. L de O. (org) **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, p.331-344, 2016.

MONTAÑO, Carlos. A Natureza do Serviço Social na sua Gênese. MONTAÑO, Carlos. In: **A Natureza Do Serviço Social um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 17-69.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 30, ano X, p.89 – 102, abril, 1989.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A produção teórica brasileira sobre os fundamentos do trabalho do assistente social. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de Capital Fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social. 2º ed.- São Paulo: Cortez, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio histórico da profissão. In: CFESS/ABEPS; CEAD/UNB (org). **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPS. Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, v.1, p. 143-164, 2009.